

CONV 412/02

WG VII 13  
WG VIII 17

## NOTA DE SÍNTESE

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Acção Externa (Grupo VII) e Grupo de Trabalho sobre a Defesa (Grupo VIII)
Assunto:	<b>Síntese da reunião conjunta realizada em 14 de Novembro de 2002</b>

---

### Resultados dos trabalhos

1. Troca de impressões sobre os aspectos civis e militares da gestão de crises
  - O Presidente deu início ao debate congratulando-se com a oportunidade de ambos os grupos se reunirem conjuntamente para debater o modo como se poderá seguir uma abordagem coerente da gestão de crises. Recordou que, numa anterior reunião, o Grupo sobre a Defesa já tinha analisado especificamente os aspectos desta questão relacionados com a defesa e sugeriu que o debate se baseasse nas questões apresentadas na nota introdutória que já fora distribuída aos membros de ambos os grupos (documento de trabalho 16).
  - Vários intervenientes sublinharam que o valor da acção da UE residia na sua capacidade de recorrer a um vasto leque de instrumentos. A fim de assegurar uma utilização eficaz desses instrumentos, é essencial uma abordagem coerente da gestão de crises. Alguns consideram que tal abordagem depende da criação de uma estrutura institucional única. Outros preferem trabalhar no sentido de melhorar a cooperação existente. Vários deles são de opinião que deve ser o Conselho a assumir o papel principal que consiste em exercer o controlo político global na gestão de crises, embora tenha também sido referido que não se lhe deve permitir que interfira no actual âmbito de competências da Comissão. Um orador referiu que uma reforma do sistema da Presidência do Conselho reforçaria a eficácia da gestão de crises.
  - Diversos intervenientes apelaram a uma melhoria a nível da organização central, a fim de obter uma maior coerência no terreno. Foi nomeadamente referido o valor dos Representantes Especiais.

- Muitos dos intervenientes consideraram que o CPS deveria ser o ponto central da gestão de crises e deveria agir na qualidade de órgão consultivo e de centro de informação do Conselho. Vários oradores salientaram as vantagens de o CPS ser presidido pelo Alto Representante em caso de crise.
- De modo mais geral, o reforço do papel do Alto Representante na gestão de crises contou com um apoio considerável, embora tenha sido referido que esta questão teria de ter em conta os resultados dos debates alargados sobre o papel e as responsabilidades do AR no futuro. Alguns solicitaram que o Alto Representante presidisse à parte do Conselho "Assuntos Gerais e Relações Externas" relativa aos Negócios Estrangeiros, bem como ao CPS. Foi igualmente sugerido que o Alto Representante fosse autorizado a apresentar opções de acção da UE em situações de gestão de crises.
- No que respeita ao financiamento, vários intervenientes sublinharam a necessidade de haver flexibilidade e rapidez no financiamento das operações de gestão de crises. Alguns salientaram que as operações de gestão de crises deveriam, tanto quanto possível, ser financiadas pelo orçamento comunitário, embora com procedimentos melhorados (tais como o recurso a um fundo de reserva), a fim de permitir um desembolso rápido. Outros apoiaram a proposta de estabelecer um fundo de arranque destinado a financiar as fases preliminares de uma operação. Vários intervenientes advertiram dos riscos desse tipo de fundo, alegando que este poderia não ser abrangido pelos procedimentos de controlo orçamental normais.
- Foram abordados diversos pontos adicionais. Foi referido que as operações de gestão de crise requeriam uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Outros intervenientes consideraram que em muitos casos isso não seria necessário. Um interveniente apelou a que fossem tomadas medidas, incluindo sanções, a fim de garantir o respeito pelos Estados-Membros das posições acordadas pela UE. Apelou-se também a um controlo parlamentar adequado das operações de gestão de crises, incluindo um papel a desempenhar tanto pelos parlamentos nacionais como pelo PE.

## 2. Audição do Comissário Patten

**[A intervenção do Comissário Patten foi distribuída aos membros dos Grupos VII e VIII como documento de trabalho 29]**

- O Comissário Patten respondeu brevemente a várias questões evocadas durante o debate geral por intervenientes que tomaram a palavra na sequência da sua intervenção. Concordou, em particular, com a necessidade de disponibilizar recursos adequados e atempados para o financiamento de operações de gestão de crises e sugeriu que tal fosse realizado no quadro do orçamento comunitário. Concordou também com a necessidade de uma responsabilização adequada e sugeriu que se tornassem para tal como base as actuais reuniões informais dos representantes das Comissões dos Assuntos Externos dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu. Manifestou o seu apoio a um papel forte para o CPS, tendo embora lamentado que tal não tivesse sido originalmente decidido a nível de directores políticos. Afirmou que apoiaria a existência no tratado de um capítulo separado relativo à defesa, se houvesse matéria suficiente para o efeito. Considerou que o requisito da unanimidade no âmbito da PESC não poderia continuar numa União alargada e que, por conseguinte, era necessário analisar maneiras de promover uma maior utilização do voto por maioria qualificada.

- O Presidente concluiu que ambos os grupos apoiam o objectivo de garantir a coerência na gestão de crises, conferindo um papel integral aos instrumentos civis. Registou também que existe um amplo consenso no que respeita à necessidade de reforçar o papel do futuro Alto Representante, bem como do CPS, mas sem prejuízo das outras instituições. Registou o apoio a uma melhor coordenação no terreno, eventualmente através de um maior recurso aos Representantes Especiais. Referiu a clara necessidade de se dispor de um financiamento adequado para as operações de gestão de crises, com procedimentos de gestão orçamental coerentes, e a necessidade de analisar métodos adequados para o financiamento das fases preparatórias. Por último, referiu que os dois Presidentes se coordenariam sobre o modo de garantir que todos estes elementos se reflectam nos relatórios dos dois grupos.
-